

Fortalecimento da língua portuguesa em debate

Idioma precisa ser defendido do avanço do inglês e do francês, afirmam especialistas. **6**



Lídice da Mata (C) preside audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte que discutiu a língua portuguesa no mundo

Luiz Alves/Senado Federal



JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.522 – Brasília, quinta-feira, 15 de setembro de 2011



Creches e pré-escolas terão recursos para manutenção

Com elogios de senadores do governo e da oposição, foi aprovado ontem projeto que destina créditos para novas unidades. Agora só falta votar o total dos repasses, o que deve acontecer ainda hoje, em sessão do Congresso

A pesar de concordar com a proposta do governo e de votar a favor, a opo-

sição protestou contra a aprovação da Medida Provisória antes de garantir os recursos para as instituições, o que será analisado hoje, ao meio-dia, pelo Congresso Nacional. A oposição também não conseguiu estender o benefício a unidades construídas pelos municípios – o que não foi feito por falta de tempo para nova análise na Câmara –, mas ainda assim elogiaram os avanços para as mães que trabalham. **5**



Senadores na sessão que aprovou a matéria: valor por estabelecimento terá por base o número de crianças atendidas

Waldemir Barrato/Senado Federal

Repasses previstos

Créditos vão beneficiar unidades construídas com recursos federais



Encarte alerta sobre prazo de filiação para candidaturas

Publicação do Programa Interlegis, que circula com esta edição, destaca o início da corrida para as eleições municipais de 2012.



Pedro Franco/Senado Federal



A ministra do Planejamento, ao lado de Vital do Rêgo, destacou que o Brasil está bem preparado para a crise mundial

Judiciário não terá reajuste, afirma ministra

Miriam Belchior explica que R\$ 7,7 bilhões do Orçamento seriam comprometidos se reivindicação fosse atendida. **3**

Banco de DNA de criminosos é aprovado **4**

Jornada de 30 horas para psicólogos **7**

Dirceu Barbano é reconduzido à presidência da Anvisa

De manhã, em sabatina na Comissão de Assuntos Sociais, Barbano sugeriu que o Poder Legislativo aprove regras para o controle da propaganda e para a concessão de patentes. **7**

Senadores aplaudem revista *Em discussão!* **2**



Wellington Dias (E), Jayme Campos e Ana Amélia: publicação consolida debates da Comissão de Assuntos Sociais sobre o crack

Márcia Kalluma/Senado Federal

Sancionado em julho, documento ainda depende de regulamentação para sair do papel, explica o gestor da Faculdade Zumbi dos Palmares

Reitor pede apoio para o Estatuto da Igualdade Racial

O REITOR DA Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente, pediu o apoio do presidente do Senado, José Sarney, para a regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10), sancionado em julho do ano passado. José Vicente, que integra o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, lamenta que essa regulamentação ainda não tenha ocorrido.

– É a primeira vez na história do país que temos um marco jurídico das ações, das intervenções, do custeio e do fomento de ações que incluam, que valorizem e distinguem o negro, mas, infelizmente, a lei até agora não foi regulamentada.

Em julho, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial instituiu um grupo de trabalho para analisar e propor as medidas necessárias à implantação dos programas, políticas e ações previstos no estatuto. Cabe a esse grupo analisar, num período de 120 dias, pontos que requeiram desdobramentos em leis específicas, para melhor viabilizar sua aplicação.

Instituído pela Lei 12.288, de 20 de julho de 2010, o Estatuto

da Igualdade Racial é destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Para José Vicente, o apoio de Sarney será importante para “tirar o estatuto do papel”.

– O presidente Sarney tem sido sempre um aliado de primeira hora para temas da cidadania, em especial este tema, que diz respeito à inclusão, à qualificação e à valorização dos negros brasileiros.

Sarney e José Vicente também conversaram sobre os sistemas de cotas raciais nas universidades públicas. O reitor mostrou preocupação com o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da constitucionalidade desses sistemas.

– Nosso país está num momento muito definidor da possibilidade de seguirmos adiante ou de termos um retrocesso nesse tema – salientou.

Para Sarney, o sistema de cotas contribui para reduzir os problemas de inserção social.

– Pode contar com minha solidariedade total. Essa maneira

de inclusão e ascensão da raça negra aconteceu em muitos países, como os Estados Unidos.

Ciência sem fronteira

O reitor José Vicente também falou do lançamento da campanha nacional Ciência sem Fronteira Plural. O movimento iniciou coleta de assinaturas em agosto a fim de garantir a participação dos negros nas 100 mil bolsas de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado no exterior do programa Ciência Sem Fronteiras, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O presidente Sarney também foi convidado a participar da cerimônia de entrega da 9ª edição do Troféu Raça Negra. O evento, que homenageia anualmente personalidades que contribuíram com iniciativas para tornar a sociedade brasileira mais plural, ocorrerá no dia 13 de novembro, em São Paulo.

– Será uma noite importante para dizer muito obrigado ao presidente que criou a Fundação Palmares, que criou legislações importantes para o negro e sempre se posicionou nesse sentido – disse José Vicente, acrescentando que a edição deste ano será especial por 2011 ser o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU).

Grupo instituído pelo governo em agosto tem 120 dias para propor aplicação do estatuto

Comissão lança revista *Em discussão!* sobre drogas

A oitava edição da revista *Em discussão!* foi lançada ontem, com o tema “Dependência química: crack e outras drogas”. A publicação traz um panorama do trabalho realizado pela Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas.

A apresentação da revista foi feita por Wellington Dias (PT-PI) e Ana Amélia (PP-RS), presidente e vice-presidente da subcomissão, que elogiaram o trabalho da Secretaria de Comunicação Social do Senado e chamaram a atenção para a gravidade do aumento do consumo de drogas no país, especialmente crack.

A revista mostra que a falta de opções na rede pública de saúde para os dependentes de drogas é um desafio a ser superado e traz o dado de que cerca de dois milhões de brasileiros já devem ter experimentado o crack. Diante dos poucos leitos dispo-

níveis, resta às famílias procurar por comunidades terapêuticas, geralmente ligadas a entidades religiosas, responsáveis por cerca de 80% das vagas para internação. Por isso, Ana Amélia sugeriu que essas instituições recebam recursos públicos. A ideia foi apoiada pelo 1º secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), que propôs que outros senadores, a exemplo dele, apresentem emendas ao Orçamento para o combate do crack e outras drogas.

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Jayme Campos (DEM-MT), alertou para avanço do consumo de drogas no interior do país.

Diante da importância do tema, Wellington Dias pediu o aumento da tiragem da revista para que novos exemplares possam ser enviados a todos os municípios, além de comunidades terapêuticas, escolas e universidades.

Vinculada à Comissão de

Assuntos Sociais (CAS), a subcomissão temporária foi criada por iniciativa de Wellington Dias e Ana Amélia, que pediram a prorrogação dos trabalhos até 11 de novembro. Os senadores querem, até o fim do ano, apresentar um diagnóstico e sugerir soluções. Para tanto, estão agendadas viagens ao exterior para conhecer experiências em Portugal, Suécia, Holanda e Inglaterra.

O flagelo do crack

Segundo a ONU, o mercado do crack movimentou US\$ 100 bi em 2009

A fumaça inalada após o aquecimento da pedra de crack a 95 graus leva diretamente aos pulmões. Dez segundos depois, a substância já está no cérebro

Pesquisadores afirmam que efeito do crack no cérebro é de cinco a seis vezes mais intenso que o da cocaína

No Brasil, o primeiro relato de uso do crack foi feito em 1989, na cidade de São Paulo

Comunidades terapêuticas dizem recuperar entre 40% e 80% dos viciados

Um ano e três meses depois do anúncio do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack, governo investiu R\$ 274,3 milhões dos R\$ 410 milhões prometidos.



José Vicente conseguiu a solidariedade de Sarney para o sistema de cotas raciais

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos realizados por senadores em Plenário após

as 19h30 de ontem serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Menos imposto para tablets

14h A pauta está trancada pelo projeto (PLV 23/11) decorrente da MP 534/11, que reduz a cobrança de tributos para produção de tablets no país.

Presidência Mesa do Senado se reúne

10h O presidente da Casa, José Sarney, participa de reunião da Mesa do Senado; às 11h, participa de lançamento de seleção de quadras poliesportivas escolares do PAC 2, no Palácio do Planalto. Às 16h, preside a ordem do dia.

CCT/CRA/CMA Código Florestal e economia

9h “Instrumentos econômicos para o Código Florestal” é o tema da reunião conjunta das comissões de Ciência e Tecnologia, de Agricultura e de Meio Ambiente. O ex-ministro José Carlos Carvalho é um dos debatedores.

CAS Tratamento de usuário de drogas

9h Audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais discute projeto que prevê a substituição por tratamento especializado da pena de detenção por consumo pessoal de drogas.

CDH Combate à corrupção

9h A Comissão de Direitos Humanos pode votar proposta que cria a Subcomissão Temporária de Combate à Corrupção. Também está na pauta projeto que aumenta o prazo de internação provisória de menor infrator.

CI Mobilidade urbana

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura examina a criação da Política Nacional de Mobilidade Urbana e o projeto que proíbe a cobrança, pelas concessionárias, de medidores de consumo de energia e água.

CRE Agência Internacional de Energia Atômica

10h A Comissão de Relações Exteriores analisa acordos internacionais e indicações para a Agência Internacional de Energia Atômica e para as embaixadas na Suíça, Liechtenstein, Eslovênia e Santa Lúcia.

CPI Tráfico de pessoas

10h30 A Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas realiza reunião administrativa para examinar requerimentos, propostas de alteração no cronograma de diligências e encaminhamentos relativos à Polícia Federal.

Congresso Créditos para ministérios

12h O Congresso reabre sessão, suspensa na última terça-feira, para votar três projetos de lei que abrem créditos adicionais a ministérios e órgãos públicos.

Drogas Subcomissão discute relatório

14h30 A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas, vinculada à CAS, se reúne para discussão preliminar do relatório.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Wellington Dias e Ana Amélia apresentam a nova edição da revista

Pinheiro: acordo sobre royalties do petróleo pode sair este mês

Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que o governo federal e grande parte dos parlamentares estão trabalhando em busca de um acordo em relação à nova divisão dos royalties do petróleo na camada pré-sal.

O senador explicou que um consenso entre estados e municípios produtores e não produtores vai beneficiar os 5.542 municípios brasileiros que atualmente não recebem royalties.

Segundo ele, o governo federal está empenhado em chegar a um resultado sem prejudicar as unidades produtoras.

A meta, informou, é que o acordo seja fechado ainda este mês, para que o veto do então presidente Lula à divisão dos royalties do pré-sal seja apreciado no dia 5 de outubro pelo Congresso.

O parlamentar disse que a presidente Dilma Rousseff e



Waldemir Borreto/Senado Federal

Acordo abre caminho para um novo pacto federativo, diz Walter Pinheiro

o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já demonstraram o desejo de um grande consenso em prol da Federação.

– Esse acordo, esse consenso, vai abrir o caminho para um novo pacto federativo – disse Walter Pinheiro, acrescentando que a União terá de abrir mão de recursos para compensar os estados e municípios produtores.

Flexa Ribeiro quer compensação maior por áreas de mineração

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu ontem a mudança das alíquotas para o cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) no pagamento de royalties a estados e municípios onde há mineração. Flexa deve apresentar projeto que altera os percentuais, a ser relatado por Aécio Neves (PSDB-MG).

– Hoje é lamentável: há uma alíquota de 2%, com uma base de cálculo sobre a receita líquida, sobre o valor líquido da exportação – afirmou.

Para ele, empresas como a Vale – maior produtora de minério de ferro do mundo – estão espoliando o Pará e Minas Gerais, pois além de pagarem valor considerado baixo, ainda descontam do líquido várias despesas de forma inapropriada.

Sua proposta visa aumentar as alíquotas para um patamar de



Waldemir Borreto/Senado Federal

Senador propõe que o cálculo passe para 4% ou 5% da exportação bruta

4% ou 5%, instituindo a cobrança sobre o valor das commodities e sobre o valor bruto, sem descontos. Além disso, pretende criar participação especial, como na exploração de petróleo.

O senador informou que foi cancelada a audiência pública que seria realizada no dia 15, para subsidiar o parecer de Aécio Neves na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Prefeitos reivindicam solução para recursos do pré-sal, anuncia Paim

Prefeitos de todo o país estão pedindo uma solução para a questão da distribuição dos royalties do petróleo descoberto na camada pré-sal, anunciou Paulo Paim (PT-RS).

O senador disse que a mobilização – capitaneada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) – pede também a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que fixa percentuais mínimos a serem investidos em saúde pela União, e a apreciação do Veto Presidencial 23/09, que trata do encontro de contas dos municípios, compensando débitos e créditos junto à Receita Federal.

Paim afirmou ainda que prefeitos gaúchos se queixaram da falta de investimentos da União e do governo estadual no setor da saúde. De acordo com o senador, muitos reclamaram que aplicam até 34% da arrecadação



Moneiro Maniz/Senado Federal

Paim: mobilização da CNM também pede regulamentação da Emenda 29

municipal para o atendimento de saúde à população.

Paim destacou também a presença – na audiência pública realizada na terça-feira pela Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, presidida por ele – de mais de 200 participantes que defendem a inclusão do carvão mineral entre as matrizes energéticas brasileiras.

Miriam Belchior disse que o Brasil está muito bem preparado para enfrentar a nova crise mundial e destacou que a população economicamente ativa supera a de crianças e idosos

Ministra descarta reajuste de salários no Judiciário

O GOVERNO NÃO pretende alterar a proposta orçamentária de 2012 para contemplar reajuste salarial reivindicado pelos servidores do Judiciário, segundo a ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Ontem, em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), ela falou sobre a peça orçamentária e o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015.

A ministra explicou que o projeto orçamentário começou a ser discutido no primeiro semestre, quando ainda não estavam muito claros os efeitos da presente crise financeira internacional no Brasil. Como a crise ainda persiste, o governo prefere não comprometer R\$ 7,7 bilhões para atender a reajuste que contemple o Judiciário e o Ministério Público da União (MPU), disse.

Miriam considera que o Brasil está “muito bem preparado” para enfrentar a crise internacional, e ainda “mais sólido” que na crise de 2008. Afirmou ainda que a equipe econômica está acompanhando com atenção a crise nos países desenvolvidos, e que as restrições orçamentárias estão em consonância com o que o governo entende ser necessário: garantir investimentos que estimulem a geração de emprego e renda.

Em relação à cobrança de verbas adicionais para o setor de saúde, a ministra entende



Pedro Franco/Senado Federal

Miriam Belchior, ao lado do senador Vital do Rêgo, presidente da CMO

que esse tema deve ser definido pelo próprio Legislativo. Ela insistiu, porém, que o setor, além da falta de dinheiro, enfrenta problemas de gestão.

Lei Kandir e PPA

Outro ponto do Orçamento de 2012 que não será alterado pelo governo, adiantou a ministra, diz respeito à Lei Kandir. No projeto, a exemplo de anos anteriores, o Executivo não estipulou o montante destinado a compensar os estados pela perda na arrecadação de impostos. Isso porque, explicou, o governo entende que, desde 2008 não é obrigado a cumprir com tal obrigação. A definição do montante é prevista em disposição constitucional transitória, por meio

da criação de lei complementar.

Em relação ao PPA, Miriam Belchior disse que o planejamento prevê a manutenção do crescimento econômico, das políticas educacionais, de inclusão social e voltadas à população mais jovem, com ênfase em trabalho, ocupação e produtividade. A ministra explicou que o plano “dialoga com o momento vivido pelo Brasil”, cuja população economicamente ativa pela primeira vez supera a não ativa, o que implica a redução futura da dependência de idosos e crianças pobres em relação a quem se mantém atuante no mercado de trabalho. “Daí a importância de programas de qualificação profissional, educação, ciência e tecnologia”, disse.

Subcomissão fará debate sobre Copa a cada 15 dias

A Subcomissão da Copa do Mundo de 2014, Olimpíada e Paraolimpíada de 2016 deverá escolher como vice-presidente o senador Zeze Perrella (PDT-MG) e realizar um ciclo de debates, com audiências públicas a cada 15 dias, sobre temas como transparência e acessibilidade na Copa.

Foi o que adiantou à Agência Senado a presidente da subcomissão, senadora Lídice da

Mata (PSB-BA).

A senadora defendeu a necessidade de se iniciar logo a discussão sobre as Olimpíadas. Lídice da Mata também explicou que está visitando as cidades que sediarão a Copa, como parte da programação do 2º Fórum Legislativo das Cidades-Sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

A próxima cidade a receber o grupo de parlamentares é Natal, no dia 26. Depois, vem o Rio de

Janeiro, em 10 de outubro, e São Paulo, em 24 de outubro.

O Fórum Legislativo é iniciativa das comissões de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara, e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), do Senado – à qual a subcomissão está subordinada – e tem o apoio do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur) e dos ministérios do Esporte e do Turismo.

Santiago parabeniza Dilma por descartar novo tributo

Wilson Santiago (PMDB-PB) comemorou o fato de a presidente Dilma Rousseff ter descartado a criação de um tributo para financiar a saúde, nos moldes da antiga CPMF. Segundo o senador, a hipótese foi mencionada no debate sobre o PLP 306/08, que regulamenta a Emenda 29, definindo percentuais obrigatórios de destinação de recursos à saúde. A votação do projeto está prevista para este mês na Câmara.

– Este não é o momento adequado para se criar uma nova contribuição – considerou.



Para Santiago, nova CPMF onera ainda mais o trabalhador e a população

Moka protesta contra exclusão de ciclista do Pan

A ciclista sul-mato-grossense Luciene Ferreira da Silva é a 1ª colocada em sua categoria no ranking nacional da Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC), mas não foi convocada para integrar a equipe que representará o Brasil nos 16º Jogos Pan-Americanos. Waldemir Moka (PMDB-MS) estranhou o fato e disse que a população e os ciclistas do seu estado estão revoltados, pois atletas em posições inferiores do ranking foram chamadas a compor a equipe brasileira.



Waldemir Moka diz que ciclistas de Mato Grosso do Sul estão revoltados

Projeto, que irá para a Câmara, estabelece que autores de crimes violentos deverão ter seu material genético identificado e catalogado; objetivo é facilitar investigações policiais

Senado aprova banco de DNA de criminosos violentos

O PROJETO DE lei que cria um banco de DNA dos condenados por crimes violentos ou hediondos foi aprovado ontem em turno suplementar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A matéria passou por nova votação por ter sido alterada por substitutivo do relator, Demóstenes Torres (DEM-GO). Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, seguirá direto para exame da Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o PLS 93/11 define que a identificação genética será feita a partir do DNA de fluidos e tecidos humanos.

O material coletado alimentará a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, em implantação no Brasil.

A rede se baseia no sistema de informação Codis (Combi-



Demóstenes Torres (E) conversa com Eunício Oliveira, presidente da CCJ

ned DNA Index System), desenvolvido pelo FBI, a Polícia Federal dos Estados Unidos, e já utilizado em outros 30 países.

No Brasil, a rede é abastecida por perícias dos estados em vestígios deixados nas cenas de crimes, como sangue, sêmen, unha, cabelo ou pele.

Por meio do substitutivo, Demóstenes tornou obrigatória a identificação genética apenas para condenados por crime praticado de maneira dolosa (intencional), com violência de natureza grave, além dos qualificados como crimes hediondos, como já previa o projeto.

Lio de Paula/Senado Federal

Davim quer lista de condenados por violência contra crianças

Paulo Davim (PV-RN) anunciou ontem ter apresentado um projeto de lei que inclui um novo artigo no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) para criar um banco de dados virtual sobre condenados em última instância por crimes violentos ou contra a liberdade sexual de crianças e adolescentes.

O senador explicou que o banco reúne nome completo do condenado, nome da mãe, endereço, local de trabalho, tipo de crime cometido, antecedentes criminais, perfil psicológico, sinais pessoais, foto colorida e outras informações. Os dados ficariam disponíveis na internet para serem pesquisados – a partir de código postal ou circunscrição geográfica – pela Justiça, varas da infância e juventude, conselhos tutelares, delegacias



Waldemir Barreto/Senado Federal

O senador quer divulgação dos autores de crimes contra crianças

da criança e do adolescente e ministérios públicos.

Davim ressaltou que a violência contra criança é uma realidade dolorosa que precisa ser controlada para não ser repetida. O senador enfatizou que a melhor forma de tratar o problema da violência contra crianças e adolescentes é impedir que ela aconteça, cabendo ao Estado assumir essa responsabilidade.

Cultura, esporte e lazer para o atendimento a menores

As atribuições dos conselhos tutelares da infância e da adolescência poderão ser ampliadas para permitir que esses órgãos solicitem serviços públicos nas áreas de cultura, esporte e lazer de modo a viabilizar a execução de medidas de atendimento aos menores. Isso é o que determina projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e que segue para decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O PLS 110/11, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para incluir a nova atribuição dos conselhos. Segundo argumentou Rollemberg, sua proposta preenche uma lacuna do estatuto, que já reconhece o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer como direito dos menores.

O relator da matéria, Luiz Henrique (PMDB-SC), também vê méritos na ampliação das tarefas dos conselhos tutelares. Na sua avaliação, isso poderá contribuir para melhorar a

atuação desses organismos na defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Crime hediondo

A CCJ também acolheu voto de Pedro Taques (PDT-MT) considerando prejudicado o projeto de lei (PLS 90/11) de Ciro Nogueira (PP-PI), que ampliava o tempo mínimo de cumprimento da pena para o condenado por crime hediondo ter direito a progressão de regime prisional.

A recomendação foi feita por sugestão de Demóstenes Torres (DEM-GO), relator dos projetos de lei 30/08, de Kátia Abreu (DEM-TO), e 421/08, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que tratam da mesma questão. Os dois projetos já passaram pela CCJ e tramitam agora na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Aceita por Pedro Taques e Ciro Nogueira, a proposta de Demóstenes é analisar o PLS 90/11 junto com os PLS 30/08 e 421/08, incorporando o que for necessário no projeto eventualmente aprovado pela CDH.



Alfredo Nascimento afirmou que arrastões são comuns na capital do AM

Manaus vive onda de violência, diz Nascimento

Em discurso no Plenário, o senador Alfredo Nascimento (PR-AM) manifestou preocupação com a onda de violência que toma conta de Manaus. De acordo com o senador, crimes como sequestro relâmpago e arrastão têm sido comuns na cidade.

– Precisamos encontrar uma solução perene para o problema. O esforço pela segurança deve unir as autoridades do estado – afirmou.

Projeto autoriza SUS a fazer plástica reparadora

Projeto de lei que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a ofertar gratuitamente cirurgia plástica reparadora a mulheres com lesões causadas por ato de violência está na pauta de hoje da Comissão de Direitos Humanos (CDH). A proposta (PLC 112/09) estabelece que as cirurgias podem ser feitas tanto em unidades públicas de saúde quanto em serviços contratados ou conveniados, conforme mudança no projeto original aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e mantida pela relatora, Lídice da Mata (PSB-BA).

O responsável por hospital ou centro de saúde pública que deixar de cumprir a exigência de que as vítimas sejam informadas sobre o direito à cirurgia reparadora quando forem atendidas podem ficar sujeitos a multa de dez vezes o valor do salário e até a perda de função, determina a proposta.

Eduardo Amorim: 150 mil assinaturas em prol de hospital

Eduardo Amorim (PSC-SE) comemorou a coleta de 150 mil assinaturas em prol da construção do Hospital Oncológico de Sergipe. As assinaturas serão entregues ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha. No mesmo discurso, Eduardo saudou os 100 anos de vida do sergipano Manoel do Prado Franco, seu Manoelito, “um dos mais ilustres cidadãos da nossa terra” e duas vezes prefeito de Laranjeiras (SE). Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apoiou a homenagem.



O senador informou que o abaixo-assinado será entregue a ministro



O senador propôs uma comissão especial sobre a crise federativa

Sistema federativo tem de ser refeito, afirma Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) registrou ontem a presença em Brasília de cerca de 1.500 prefeitos em busca de mais recursos.

– É hora de se discutir o sistema federativo. Ignora-se o princípio da isonomia entre as unidades da Federação, sobretudo no que diz respeito à partilha da receita – afirmou.

Ele propôs que o Senado constitua imediatamente uma comissão especial para discutir a crise federativa porque, segundo afirmou, ela “é visível”.

Waldemir Barreto/Senado Federal

Moreira Matiz/Senado Federal



O religioso é uma legenda na luta pela vida no país, afirmou o senador

Casildo Maldaner parabeniza dom Paulo Evaristo Arns

Casildo Maldaner (PMDB-SC) parabenizou o arcebispo emérito de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, pelo aniversário de 90 anos, comemorado ontem.

– Ele é uma legenda na luta pela vida – disse o senador, ressaltando a resistência do religioso na ditadura militar. Entre outros fatos, Maldaner recordou que, em 1989, dom Paulo negociou com sequestradores do empresário Abílio Diniz, garantindo a libertação da vítima e a rendição dos criminosos.

Para a execução da medida, ainda falta votar o total de créditos a serem repassados, o que deve acontecer hoje, ao meio-dia, em sessão do Congresso

Senado aprova proposta que destina recursos para creches e pré-escolas

O SENADO APROVOU ontem o Projeto de Lei de Conversão 22/11, que autoriza a União a transferir recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal, para apoiar a manutenção de novas creches e pré-escolas. Proveniente da Medida Provisória (MP) 533/11, o projeto foi elogiado por senadores do governo e da oposição.

– Esse apoio aos municípios e ao Distrito Federal é fundamental para garantir às nossas crianças a primeira etapa do seu processo educacional, e cabe a nós, no Congresso, dar uma contribuição firme para que tal proposta saia do papel e se traduza nos registros estatísticos futuros – argumentou o relator, Alfredo Nascimento (PR-AM).

José Agripino (DEM-RN) afirmou que a medida merece aplauso dos senadores por permitir a guarda segura das crianças cujas mães trabalham. Opinião semelhante expressaram Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lúcia Vânia (PSDB-GO), entre outros.

– Essa medida diz respeito ao atendimento de uma obrigação do Estado brasileiro com as mulheres – afirmou Lídice.

Apesar de contrário à aprovação da medida antes de garantido o crédito especial que permitirá a execução do projeto, Demóstenes Torres (DEM-GO) parabenizou a presidente Dilma pelo mérito da MP. A votação do crédito deve acontecer hoje, ao



Apesar de protestarem contra o momento da votação, opositoristas como Demóstenes (C) elogiam o mérito da matéria

meio-dia, em sessão do Congresso Nacional.

A transferência de recursos está estimada em R\$ 176 milhões para 2011, R\$ 724 milhões em 2012, R\$ 791 milhões em 2013 e R\$ 622 milhões em 2014. Serão beneficiados apenas estabelecimentos construídos com recursos de programas federais, o que foi considerado contraditório pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

– Não podemos penalizar prefeituras que, antecipando-se ao governo federal, enxergaram há mais tempo que a demanda para atendimento dessas crianças era urgente. É um desestímulo à competência, à eficiência e à responsabilidade na gestão municipal – protestou o senador, que sugeriu modificações no texto, não incluídas

por falta de tempo para nova análise pela Câmara.

Além de ter sido construído com recursos federais, o estabelecimento precisa estar em plena atividade e ser cadastrado em sistema específico mantido pelo Ministério da Educação. O aporte de recursos ficará restrito ao período que vai do cadastramento junto ao ministério ao início do recebimento dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), não podendo ultrapassar 18 meses.

A distribuição da verba ficará a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O valor por estabelecimento será definido tendo por base o número de crianças

atendidas na educação infantil pública e o valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente para a educação infantil do ano anterior.

De acordo com a exposição de motivos da MP original, a meta do governo é construir 1.500 estabelecimentos por ano, num total de 6 mil. O custeio desses estabelecimentos novos, no entanto, não está previsto no Fundeb, que financia somente matrículas computadas no censo escolar. Assim, há um lapso temporal entre o início das aulas e o cadastramento da escola no censo.

– No primeiro ano, portanto, essas despesas são assumidas pelas prefeituras que, via de regra, enfrentam grandes dificuldades de caixa – explicou a senadora Ângela Portela (PT-RR).

Senadores cobram exame da PEC das MPs pela Câmara

Os senadores opositoristas também lembraram ontem a falta de definição da Câmara dos Deputados sobre a PEC 11/11, que altera o rito de tramitação das medidas provisórias. O texto, de José Sarney (PMDB-AP), já foi aprovado pelos senadores e agora aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG), que relatou a matéria no Senado, disse não entender a demora e defendeu uma atuação junto à outra Casa legislativa para tornar o processo mais ágil.

– Se nós não tivermos uma interlocução mais objetiva com a Câmara, demonstrando a importância de dar andamento àquela proposta, estaremos reiteradamente premidos pelo tempo, tendo que votar matérias sem a devida discussão, sem aprofundarmos a discussão do mérito e sem fazer aquilo para que fomos eleitos: avaliar, discutir, emendar e corrigir – alertou.

De acordo com a PEC, a Câmara deverá ter 80 dias para analisar MPs e o Senado, 30 dias, restando outros dez para que os deputados analisem emendas dos senadores. Hoje, a Constituição prevê o prazo de até 120 dias para análise do Congresso, sem especificar o tempo de tramitação em cada uma das Casas.

Projeto tira universidades do MEC

O projeto de lei que transfere a gestão do ensino superior público do Ministério da Educação para o Ministério da Ciência e Tecnologia será votado na semana que vem, disse o presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Eduardo Braga (PMDB-AM).

O PLS 518/09 é de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). A proposta também transforma o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base, que ficaria responsável apenas pelos ensinos fundamental e médio.

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) pediu vista do projeto. Ele concorda com o mérito da proposta, uma vez que, para ele, o ministério, por cuidar de vários aspectos da educação, acaba dividindo atenção e orçamento. Disse, no entanto, ser contrário à proposta por considerar papel do Poder Executivo, e não do Legislativo, a reformulação da estrutura administrativa do Estado.

Cristovam afirmou que o Ministério da Ciência e Tecnologia é favorável ao projeto.

Flexa Ribeiro: Brasil exporta cientistas e importa ciência

O retrato do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) passou a compor a galeria dos ex-presidentes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A cerimônia de aposição do quadro foi realizada ontem, antes da reunião deliberativa da comissão.

Flexa foi o segundo presidente do colegiado, e sucedeu o então senador Wellington Salgado. Hoje a CCT é presidida por Eduardo Braga (PMDB-AM).

Na avaliação de Flexa, o desenvolvimento do Brasil depende de mais investimento em ciência e tecnologia. Ele ressaltou que os cientistas brasileiros não permanecem no país, preferindo trabalhar no exterior.

– O Brasil exporta cérebros e importa conhecimento – disse, defendendo a adoção de medidas para reverter essa situação.

Na avaliação de Eduardo Braga, é preciso investir em comunicação eficiente, educação de qualidade, inovação tecnológica e previdência social equilibrada.

O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, participou da cerimônia e ressaltou a competência de Flexa Ribeiro em sua atuação no Senado em defesa da Amazônia.

A diversidade da Amazônia é um desafio para os brasileiros, ressaltou o ex-senador João Pedro, chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério de Ciência e Tecnologia.



Aécio Neves, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres e Valdir Raupp atualizam a galeria

Sociedade poderá participar de sabatinas de autoridades

Os brasileiros poderão participar do processo de escolha de autoridades indicadas para cargos públicos, enviando ao Portal do Senado informações sobre o candidato ou perguntas para serem feitas durante as sabatinas.

A possibilidade foi aberta ontem, com a aprovação, na CCJ, de mudança no Regimento Interno do Senado Federal.

A mudança foi proposta por Roberto Requião (PMDB-

PR) em projeto de resolução (PRS 8/11) relatado por Pedro Taques (PDT-MT), que incorporou ao texto sugestões de Demóstenes Torres (DEM-GO) para garantir prazo de cinco dias úteis após a leitura do relatório sobre a indicação para a realização da sabatina e a apresentação de informações adicionais ao processo tanto por parte do indicado como de outras instâncias solicitadas pelo relator.

Comissão acata criação de 47 cargos para TRT da 5ª Região

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 58/11) que autoriza a criação de 47 cargos efetivos de analista judiciário no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 5ª Região, em Salvador. O relator, Humberto Costa (PT-PE), pediu urgência para votação da matéria pelo Plenário.

Segundo o Tribunal Superior do Trabalho (TST), a ampliação dos quadros do TRT da 5ª Região teve aprovação prévia do

Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A medida seria necessária para compensar o aumento de processos no tribunal.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também apresentou seu parecer favorável à indicação de Haman Tabosa de Moraes e Córdova para o cargo de defensor público-geral federal. A sabatina será realizada na próxima quarta-feira.

Inglês e francês ameaçam ampliar sua influência sobre os países de língua portuguesa, principalmente na África, e especialistas discutem no Senado formas de resistência



Luiz Alves/Senado Federal

Entre especialistas de educação e cultura, a senadora Lídice da Mata preside a audiência

Brasil precisa fortalecer seu idioma, conclui comissão

O FORTALECIMENTO INTERNACIONAL da língua portuguesa é interesse estratégico para o Brasil, disse ontem o diretor de Relações Internacionais do Ministério da Cultura, Marcelo Dantas, em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Ele alertou para o risco de ampliação da influência do inglês e do francês.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reúne, em quatro continentes, cerca de 250 milhões de pessoas, sendo quase 80% no Brasil. Nos próximos 50 anos, previu Dantas, Angola e Moçambique devem dobrar a população, mas apenas 40% a 50% dos

angolanos e cerca de 10% dos moçambicanos têm hoje o português como língua materna.

– Se a nossa comunidade se enfraquece, o Brasil perde contratos às vezes bilionários. Angola vai se tornar um dos países mais ricos da África. Podemos ter com eles um projeto de desenvolvimento equilibrado e conjunto – afirmou o diretor.

Autor da proposta de realização da audiência juntamente com Ana Rita (PT-ES), Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a implantação de uma televisão internacional de língua portuguesa e um maior intercâmbio entre escritores e estudantes.

– Temos que resistir à força

do inglês e, daqui a pouco, do mandarim – alertou Cristovam.

O presidente do Instituto Cultural Brasil Plus, Tulio Gontijo Rocha, apresentou projeto de televisão via internet para a CPLP. O gerente institucional da TV Brasil Internacional, Phydias Barbosa, informou que Brasil e Portugal firmaram acordo para parceria entre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a Rádio Televisão de Portugal (RTP).

Inácio Arruda (PCdoB-CE) sugeriu visitas à Unilab, em Rendeção (CE), e à Universidade da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR). Lídice da Mata (PSB-BA) presidiu a audiência.

Aloysio Nunes lamenta resultado do Enem de 2010



Waldemir Barreto/Senado Federal

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lamentou ontem a melhora “microscópica”, conforme disse, das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2010. Para ele, não há o que comemorar.

– Seria o mesmo que um pai ficar satisfeito em saber que, em vez de ser reprovado com nota igual a 50, o filho tomou bomba tendo obtido média 51 – disse.

De acordo com Aloysio, a meta fixada pelo Ministério da Educação de atingir a média de 600 pontos até 2028 já foi alcançada pelos países desenvolvidos em 2003, o que significaria atraso de pelo menos duas décadas. O senador citou ainda resultados ruins em outras avaliações.

Veto do governo de Roraima à imprensa revolta Mozarildo



Moreira Mariz/Senado Federal

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que o governador de Roraima proibiu o acesso de órgãos da imprensa local ao lançamento

de um programa de crédito, na terça-feira, em Boa Vista. O fato ocorreu justamente na data em que o estado comemorou o Dia do Jornalista Roraimense e o dia em que Getúlio Vargas, em 1943, determinou a criação dos territórios federais de Roraima, Amapá e Guaporé (Rondônia).

Segundo o senador, poucos órgãos de imprensa são independentes e fazem oposição ao governo estadual. Ele citou como exemplo a TV Ativa, o jornal *Folha de Boa Vista*, a Rádio Folha e a TV Roraima.

Lídice da Mata registra mostra de fotógrafo baiano



Waldemir Barreto/Senado Federal

Lídice da Mata (PSB-BA) convidou os parlamentares a visitar exposição fotográfica no Museu Nacional de Brasília, organizada pelo curador do Museu de Arte de São Paulo, Emanuel Araújo, com acervo do fotógrafo baiano Sérgio Guerra, que retrata o povo herero angolano.

Ao lado da mostra, está parte do acervo do futuro Museu Nacional da Cultura Afrobrasileira, que será sediado em Salvador, com o apoio do governo federal. Lídice informou que apenas um terço dos R\$ 9 milhões prometidos pela União foi liberado e pediu a intercessão do Senado para a liberação do restante da verba.

Fernando Brant será convidado a falar na CPI do Ecad



Ana Volpe/Senado Federal

Randolfe Rodrigues pede documentação desde 1997

A CPI que investiga irregularidades na gestão do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) convidará o compositor Fernando Brant, presidente da União dos Compositores Brasileiros (UCB). A CPI também decidiu solicitar vários documentos do Ecad, desde 1997.

O convite a Fernando Brant – autor da canção *Travessia*, em parceria com Milton Nascimento – atende a um dos 13 requerimentos apresentados por Lindbergh Farias (PT-RJ), relator da CPI. Serão também convidados os cantores e compositores Geraldo Antônio de Carvalho (o Rick, da dupla Rick & Renner), Paulo Leandro Fernandes Soares (Leandro Lehart), João Roberto Kelly e Dudu Falcão.

A CPI também decidiu que realizará diligências na sede do Ecad, no Rio de Janeiro, no próximo dia 30.

Subcomissão de Combate à Corrupção deve ser votada hoje

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) deve votar hoje a criação da Subcomissão Temporária de Combate à Corrupção e à Impunidade.

O requerimento é de Pedro Simon (PMDB-RS), principal incentivador no Senado da criação de uma frente suprapartidária para apoiar a pre-

sidente Dilma no combate à corrupção.

Segundo ele, a subcomissão visa abrir espaço para debates com a participação da sociedade, “objetivando identificar ações de competência do Parlamento que podem concorrer para que o clamor popular pelo fim da corrupção e da impunidade no país seja atendido”.

Pedro Simon elogia atos em favor da ética



Waldemir Barreto/Senado Federal

Pedro Simon (PMDB-RS) destacou várias manifestações da sociedade em favor da ética e contra a corrupção.

– É impressionante o número de atos [contra a corrupção] que estão sendo marcados. Há muita coisa também nas redes sociais – disse.

O senador contou que a Universidade de Brasília (UnB) vai sediar audiência pública hoje, às 9h, sobre o tema. A reunião será realizada em conjunto com o Senado. Ele também destacou que a Federação do Comércio do DF vai lançar manifesto contra a corrupção e a favor da ética.

Mário Couto aponta prejuízos deixados no Dnit



Waldemir Barreto/Senado Federal

Mário Couto (PSDB-PA) comentou o resultado de auditoria especial realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) em 17 processos de

licitação e contratos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e da estatal ferroviária Valec. Segundo o senador, o valor do “prejuízo à nação foi de quase R\$ 1 bilhão”.

O parlamentar lembrou que foi contrário à aprovação do nome de ex-presidente do Dnit, em reunião na Comissão de Infraestrutura e que fez os mesmos alertas na tribuna do Senado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Paulo Paim • Jayme Campos • Armando Monteiro

* Licenciado

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Reportagem: Cintia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Desgaste mental dos profissionais de saúde reforça medida, diz Marta

Confirmadas 30 horas para psicólogos

A jornada de trabalho de 30 horas semanais para psicólogos foi confirmada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em turno suplementar. Como houve modificações no texto original, o projeto retornará à Câmara dos Deputados, para nova análise.

Foi aprovado substitutivo do PLC 150/09, relatado por Marta Suplicy (PT-SP). Segundo a parlamentar, há uma tendência de redução da jornada de trabalho para profissionais de saúde. A medida teria respaldo em leis federais e estaduais já aprovadas e em orientação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A relatora enfatizou que a necessidade de reduzir a jornada baseia-se na ameaça constante de estresse e desgaste mental para esses profissionais.

"A sua exposição a jornada prolongada de trabalho apenas agrava esse risco, com evidente prejuízo aos pacientes e à sociedade", alertou Marta Suplicy, em seu parecer.

Paciente crítico

Também foi aprovada na reunião da CAS a realização de audiência pública para debater a falta de vagas para pacientes críticos nos hospitais. Serão convidados representantes do Ministério da Saúde, do Ministério Público, do Conselho Federal de Medicina, da Federação Nacional dos Médicos, da Associação Médica Brasileira e da Associação de Medicina Intensivista Brasileira.

Logística reversa

Ficou para a próxima semana a votação do projeto que determina a inclusão dos medicamentos de uso humano e veterinário entre os produtos sujeitos ao sistema de logística reversa – que trata da coleta e da restituição dos resíduos sólidos às empresas para reaproveitamento e destinação final ambientalmente adequados.

O PLS 148/11, de Cyro Miranda (PSDB-GO), estava na pauta da CAS desta quarta, mas foi retirado a pedido do relator, Eduardo Suplicy (PT-SP). O parlamentar alegou ter recebido, nesta semana, novas informações do Ministério do Meio Ambiente, que precisam ser analisadas antes de colocar o parecer em votação.

Após sabatina na CAS, indicação de Barbano para permanecer no cargo de diretor-presidente de agência é acatada também em Plenário. Ele pediu ao Congresso a elaboração de um marco regulatório para o controle de propagandas

Senado aprova recondução de Dirceu Barbano à presidência da Anvisa

O PLENÁRIO DO Senado aprovou a recondução de Dirceu Brás Aparecido Barbano ao cargo de diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Na diretoria colegiada do órgão desde 2008, ocupa o cargo de presidente desde 6 de janeiro de 2011. Barbano terá mais três anos de mandato.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que os esclarecimentos feitos pelo diretor em sabatina, de manhã, levaram à aprovação unânime de seu nome na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Para o presidente da comissão, Jayme Campos (DEM-MT), Barbano é uma "pessoa preparada e, sobretudo, comprometida com o país".

Paulista de Ibaté, Dirceu Barbano tem 45 anos, é farmacêutico com especialidade em Biofarmacognosia e tem aperfeiçoamento em Farmacoterapia Racional. Exerceu as funções de professor, gestor do Conselho Regional de Farmácia de São Paulo e do Sistema Único de Saúde (SUS) e várias funções na própria Anvisa.

Em sua exposição na CAS, Barbano afirmou que a Anvisa, com seus 12 anos de existência

e 86 postos instalados (entre os quais os de aeroportos, portos e fronteiras), é reconhecida hoje não só pela credibilidade que conquistou, mas também pela responsabilidade que detém.

– O Brasil, hoje, é um país muito mais seguro em vigilância sanitária do que era antes da criação da Anvisa – garantiu o atual presidente da instituição. Ele afirmou ainda que a Anvisa tem reduzido substancialmente o número de normas, mas aumentado o rigor na fiscalização.

Em seu relatório sobre a indicação, Wellington Dias (PT-PI) ressaltou que Barbano tem

vasta experiência na área da saúde e na Política Nacional de Medicamentos.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a rastreabilidade dos medicamentos no Brasil.

Contrabando

Ana Amélia (PP-RS) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) questionaram a demora de até um ano para que a Anvisa conceda registros e autorizações para medicamentos, muitos já em uso em outros países, o que "acaba aumentando o risco de contrabando de medicamentos".

Barbano observou que a An-

visa precisa analisar todos os processos envolvidos na formulação e na fabricação, já que é necessária segurança para se liberar um novo medicamento para uso. Afirmou, no entanto, que a agência tem estudado e tomado medidas para reduzir esse tempo.

Ele destacou ainda que o Congresso tem muito a contribuir com o trabalho da Anvisa, começando pela elaboração do marco regulatório para controle de propagandas. Barbano também considera importante a elaboração de uma proposta sobre a concessão de patentes.



Ao lado do presidente da CAS, Jayme Campos (D), Dirceu Barbano sugere aos parlamentares um projeto sobre patentes

Crivella critica reportagem sobre medicamento



Waldemir Barreto/Senado Federal

Marcelo Crivella (PRB-RJ) mostrou preocupação com a reportagem "Parece milagre", da revista *Veja*, sobre o medicamento

Victoza, que seria capaz de provocar a perda de até 12 quilos em apenas cinco meses.

Segundo o senador, a revista não alertou sobre os riscos do uso do medicamento – indicado para o tratamento de diabetes – por pacientes que querem apenas perder peso. Crivella afirmou que o remédio foi a "coqueluche das farmácias" nos últimos dias, mas lembrou que a Anvisa publicou nota (*veja ao lado*) em que alerta para possíveis problemas que os pacientes podem ter com o medicamento, como alteração da função renal e distúrbios da tireoide.

Suplicy alerta para uso indevido de remédio



Waldemir Barreto/Senado Federal

Eduardo Suplicy (PT-SP) também alertou para os perigos do uso de remédios contra diabetes com a finalidade de emagrecimento.

Segundo o senador, matéria da revista *Veja* sobre o medicamento Victoza provocou corrida às farmácias, mas a Anvisa alerta que há "elevado risco sanitário para a saúde da população" (*veja nota ao lado*).

Para Suplicy, o texto não chama a atenção de forma adequada ao cuidado que devem ter os pacientes. O senador questionou as razões que levaram à publicação do texto sobre "emagrecimento milagroso" e disse que a *Veja* e a Editora Abril "prestariam um serviço à população" se informassem se a matéria teve caráter publicitário ou científico.

Vanessa Grazziotin quer que *Veja* esclareça matéria



Waldemir Barreto/Senado Federal

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) anunciou que está preparando uma série de requerimentos de indicações a serem encaminhados à *Veja*, à Editora Abril e ao laboratório Novo Nordisk para que expliquem as motivações da matéria publicada na semana passada sobre o uso do remédio Victoza.

A reportagem mostra que o medicamento, novo no mercado, estaria sendo usado para o emagrecimento. A senadora assinalou que, de acordo com a reportagem, o remédio oferece "brandos e passageiros efeitos colaterais", diferentemente do que informou a Anvisa.

– É preciso que haja uma investigação profunda – afirmou a senadora.

Anvisa não indica produto como emagrecedor

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) afirma, em nota sobre a reportagem "Parece milagre", da revista *Veja*, que o Victoza é um produto "biológico". Ou seja, trata-se de uma molécula de alta complexidade, de uso injetável, contendo a substância liraglutida. Fabricado pelo laboratório Novo Nordisk, foi aprovado pela Anvisa para comercialização no Brasil em março de 2010, com a finalidade de uso específico no tratamento de diabetes tipo 2. Portanto, seu uso não é indicado para emagrecimento.

A indicação de uso do medicamento aprovada pela Anvisa é como "adjuvante da dieta e atividade física para atingir o controle glicêmico em pacientes adultos com diabetes *mellitus* tipo 2, para administração uma vez ao dia como monoterapia ou como tratamento combinado com um ou mais antidiabéticos orais (metformina, sulfoniluréias ou uma tiazolidinediona), quando o tratamento anterior não proporciona um controle glicêmico adequado".

A Anvisa não reconhece a indicação do Victoza para qualquer uso terapêutico diferente da aprovada e afirma que a utilização do produto para outra finalidade que não seja como antidiabético tem elevado risco para a saúde.

Geovani pede incentivo para médico trabalhar no interior

Geovani Borges (PMDB-AP) defendeu maiores salários para os médicos, especialmente aos que atuam no interior.

– Não vejo qualquer estímulo para que o médico deseje sair de uma capital para se enfiar em uma cidade distante, sacrificando a família, comprometendo a perspectiva de estudo dos filhos ou submetendo-se a

uma solidão forçada – lamentou o senador.

A falta de profissionais é mais grave nas regiões Norte e Nordeste, que já estariam enfrentando um "apagão médico". O número de pacientes por médico é de 422 no Sudeste, 888 no Nordeste e pelo menos mil no Norte, comparou.

– É só ir subindo no mapa que



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador diz que no Norte há uma média mil pacientes por médico

a gente vê a média de profissionais de Medicina caindo – afirmou o parlamentar.

Representante do Ministério das Relações Exteriores afirma a comissão que Brasil cobrará empenho de outros países na redução da emissão de gases do efeito estufa

País age contra mudanças climáticas, diz embaixador

EM SUA PRIMEIRA reunião, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas ouviu o subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, sobre a atuação do Brasil nos fóruns internacionais que negociam medidas para reduzir as mudanças no clima.

O embaixador informou que ainda não há definição sobre as novas metas de redução da emissão de gases de efeito estufa para o segundo período pós-Protocolo de Kyoto, que termina em 2012. Machado disse que os maiores emissores do planeta, Estados Unidos e China, ainda estão fora do acordo, o que dificulta a negociação para a fixação de metas.

Ele afirmou que o Brasil tem cumprido papel decisivo nesse processo, pois tornou obri-



Sérgio Souza fala em reunião, ao lado de Luiz Alberto Figueiredo Machado (D)

gatórias por lei as metas de emissão prometidas durante a Conferência de Copenhague, na Dinamarca.

– O Brasil não abrirá mão de aplicar plenamente o que prometeu, mas também cobrará o cumprimento das promessas feitas pelos demais países – assegurou.

O presidente da comissão, Sér-

gio Souza (PMDB-PR), disse que o Congresso Nacional não poderia ficar alheio ao problema da mudança climática e criou uma comissão para acompanhar as ações do governo federal para combater o fenômeno.

– Estamos vivendo situações de catástrofe às quais não estávamos acostumados – disse o parlamentar.

Hidrelétrica em Roraima é aprovada pela CAS

Proposta que autoriza a implantação da Usina Hidrelétrica e da Eclusa Bem Querer, com hidrovía, no rio Branco (RR), foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue para análise da Comissão de Meio Ambiente (CMA). Segundo o autor do projeto (PDS 201/07), o então senador

Augusto Botelho, o aproveitamento hidrelétrico garantirá abastecimento de energia a Roraima, além de assegurar a navegabilidade do rio Branco até Boa Vista.

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), recomenda a aprovação, mas lembra que o projeto foi rejeitado pela Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator nessa comissão, Demóstenes Torres (DEM-GO), afirma que o autor prevê, na justificativa da proposta, que as comunidades afetadas serão ouvidas, mas essa previsão precisa constar do projeto. Para Armando Monteiro, a própria Constituição já prevê a medida.

Bauer lamenta a destruição causada por chuvas em SC



Paulo Bauer

Paulo Bauer (PSDB-SC) lamentou as chuvas torrenciais que atingiram um terço do território catarinense. O senador afirmou que o equivalente a um mês de chuvas afetou 99 cidades e mais de 900 mil pessoas em apenas quatro dias. O resultado, de acordo com Bauer: 55 cidades em estado de emergência e 11 de calamidade pública, três mortes, mais de 160 mil desalojados e 170 feridos.

Marta comemora início de obras do Estaleiro Rio Tietê

O lançamento da pedra fundamental do Estaleiro Rio Tietê e a assinatura do protocolo de intenções entre os governos federal e paulista para investimentos em obras da Hidrovía Tietê-Paraná foram comemorados por Marta Suplicy (PT-SP). Os eventos foram realizados com a presença da presidente Dilma Rousseff, em Araçatuba (SP), na terça-feira.

A senadora celebrou também a assinatura pela presidente do termo que autoriza o início da construção do trecho norte do Rodoanel de São Paulo.

Inácio Arruda lembra morte de "pai do biodiesel"



Inácio Arruda

Inácio Arruda (PCdoB-CE) apresentou, na terça-feira, requerimento de pesar pelo falecimento do engenheiro Expedito Parente, considerado o inventor do biodiesel. Professor aposentado e empresário, Expedito morreu de complicações decorrentes de uma cirurgia de diverticulite.

– Ele se destacou como um grande pesquisador, um grande cientista – disse o senador.

Modificações feitas pelo relator, Luiz Henrique (C), motivaram adiamento



Lia de Paula/Senado Federal

Votação do Código Florestal na CCJ fica para a próxima semana

Novo pedido de vista coletiva do relatório sobre o projeto de novo Código Florestal (PLC 30/11) levou ao adiamento, por mais uma semana, da votação da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A decisão foi motivada por duas modificações do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), em seu substitutivo.

Na primeira mudança, ele retirou do texto a possibilidade

de os governadores definirem situações em que a vegetação de áreas de preservação permanente (APPs) poderia ser suprimida.

A outra modificação foi um ajuste no parágrafo 5º do artigo 33, pelo qual serão convertidas em serviços de preservação ambiental as multas que incidirem sobre imóvel rural que aderir ao Programa de Regularização Ambiental.

Rolleberg vê possibilidade de novos ajustes na proposta

Ao elogiar o entendimento que levou ao recuo da proposta de ampliar o poder dos estados na regulação ambiental, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) disse acreditar na possibilidade de que novos ajustes sejam acolhidos pelo relator do projeto de novo Código Florestal na CCJ, Luiz Henrique.

– Ganhamos uma semana para dar uma redação mais

adequada ao texto. Estamos em negociação com o relator para que modificações que garantam segurança jurídica possam ser incorporadas ainda na CCJ – disse.

O texto também será votado nas comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), de Agricultura (CRA) e de Meio Ambiente (CMA), esta última presidida por Rolleberg.

Gurgacz pede equilíbrio no exame do código



Acir Gurgacz

Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que o projeto de novo Código Florestal preserva o meio ambiente sem prejudicar a agricultura. Segundo ele, somente com o equilíbrio das leis haverá mais produção no campo e mais alimento para a população brasileira.

O senador disse que o novo código não prevê anistia para desmatamento ilegal, mas exige compensações ambientais. Para ele, o assunto é tratado com responsabilidade, diminuindo a tensão entre ambientalistas e produtores.

Geovani Borges festeja os 68 anos do Amapá

O aniversário do estado do Amapá foi comemorado por Geovani Borges (PMDB-AP), que lembrou o desmembramento do Pará e a transformação em território até a condição de estado, reconhecida pela Constituição de 1988.

O senador exaltou as riquezas naturais do estado, como ouro, manganês, água em abundância e floresta. Além disso, citou manifestações culturais e folclóricas.

– É terra forte, que resiste ao esquecimento e ao abandono a que alguns tentam relegá-la – disse ele, citando problemas nas áreas de transporte, saúde, segurança, educação, saneamento e comunicação.

Secretários da Fazenda querem mudanças no Simples

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu os secretários da Fazenda Cláudio José Trinchão (Maranhão), Simão Cirineu (Goiás), Andrea Calabi (São Paulo) e Leonardo Colombini Lima (Minas Gerais). Eles pediram seu apoio na revisão do projeto da Câmara (PLC 77/11) que corrige a tabela do sistema simplificado de recolhimento de tributos e contribuições federais – o Simples Nacional. O projeto atualiza os limites de receita bruta anual para



Secretários da Fazenda dizem a Sarney que temem perdas para seus estados

enquadramento no Simples. Com a correção, mais empresários passariam a contribuir por uma alíquota menor, comprometendo as

finanças estaduais, segundo os secretários. Já o relator no Senado, José Pimentel (PT-CE), disse que o "Simples Nacional é bom para todos".

Vanessa Grazziotin cita números recordes das indústrias de Manaus

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) enumerou os bons resultados alcançados pelo Polo Industrial de Manaus neste ano.

Segundo ela, as indústrias da região somavam em julho 120 mil trabalhadores, um número que era esperado apenas no final do ano. Entre janeiro e julho, acumularam um recorde de faturamento, US\$ 23 bilhões – crescimento de 24,1% em relação ao

mesmo período de 2010.

Vanessa considerou positiva para o Polo Industrial de Manaus a recente decisão do Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) de aumentar o Imposto de Importação para cinco produtos. Na avaliação da senadora, a medida será benéfica para as indústrias de Manaus que enfrentam a concorrência predatória e desleal de produtos importados.